

**Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho**

O Prof. Doutor Carlos Marcelo Garcia é professor catedrático da Universidade de Sevilha, sendo um especialista de referência, a nível internacional, na área da formação de professores. É doutor em Ciências da Educação e desenvolveu a sua carreira na Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Sevilha.

Já foi contratado como professor catedrático visitante pela nossa Faculdade e por inúmeras outras em Portugal e na América do Sul. É autor de numerosas obras que constituem, na sua área, uma referência internacional, estando algumas traduzidas para português.

Em síntese, somos de parecer que o Prof. Doutor Carlos Marcelo Garcia não só reúne todas as condições para ser contratado como professor catedrático visitante como esse facto constituirá um factor de crédito para a nossa Faculdade.

17 de Maio de 2006. — *Carlos Ferreira Neto* — *Francisco Carreiro da Costa*.

15 de Junho de 2006. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

**Despacho n.º 15 244/2006**

Por despacho do presidente do conselho directivo de 9 de Junho de 2006, proferido por delegação de competências, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto de 2005, foi concedida equiparação a bolseiro no território nacional, bem como as despesas resultantes da presente deslocação, ao Doutor Gustavo Manuel da Silva Pires, professor catedrático, no dia 19 de Junho de 2006.

23 de Junho de 2006. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

**Despacho n.º 15 245/2006**

Por despacho do presidente do conselho directivo de 12 de Maio de 2006, proferido por delegação de competências, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto de 2005, foi concedida equiparação a bolseiro no território nacional, bem como as despesas resultantes da presente deslocação, nos dias 2 e 3 de Maio de 2006 ao Doutor Carlos Alberto Ferreira Neto, professor catedrático.

23 de Junho de 2006. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

**Despacho n.º 15 246/2006**

Por despacho do presidente do conselho directivo de 2 de Junho de 2006, proferido por delegação de competências, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto de 2005, foi concedida equiparação a bolseiro no estrangeiro nos dias 12 e 13 de Junho de 2006, ao Doutor Vítor Manuel Lourenço da Cruz, professor auxiliar.

23 de Junho de 2006. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

**Despacho n.º 15 247/2006**

Por despacho do presidente do conselho directivo de 16 de Junho de 2006, proferido por delegação de competências, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto de 2005:

Foi concedida equiparação a bolseiro no território nacional, bem como as despesas resultantes da presente deslocação, no dia 20 de Junho de 2006, à Doutora Maria Celeste Rocha Simões, professora auxiliar.

Foi concedida equiparação a bolseiro no território nacional, bem como as despesas resultantes da presente deslocação, no dia 20 de Junho de 2006, ao Doutor Vítor Manuel Lourenço da Cruz, professor auxiliar.

23 de Junho de 2006. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

**Despacho n.º 15 248/2006**

Por despacho do presidente do conselho directivo de 20 de Junho de 2006, proferido por delegação de competências, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto de 2005, foi ao Doutor Go Tani autorizado o contrato administrativo de provimento como professor catedrático visitante, por conveniência urgente de serviço, pelo período compreendido entre 24 de Junho e 1 de Julho de 2006 (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas):

**Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de Novembro, alterado por ratificação pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho**

O Prof. Doutor Go Tani é doutorado pela Universidade de Hiroshima (Japão), exercendo o cargo de professor titular na Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo (USP). É considerado

um dos maiores especialistas mundiais na área de Aprendizagem Motora. É um dos consultores da CAPES (Brasil) na área da Educação Física e Desporto, colaborador em diversas revistas brasileiras e professor em diversos centros de investigação relacionados com a área do desenvolvimento e aprendizagem motora.

Conta com mais de 150 publicações científicas em revistas internacionais e apresentou mais de 100 comunicações em congressos e reuniões de âmbito científico.

A possibilidade de se poder contar com a participação de um especialista envolvido em estudos sobre o processo de aprendizagem com ênfase especial nos processos perceptivos e cognitivos permitirá enriquecer a formação pretendida no 5.º Curso de Mestrado em Desenvolvimento da Criança, na variante de Desenvolvimento Motor, pelo que se entende dever ser contratado como professor catedrático visitante.

23 de Maio de 2006. — *Francisco Alberto Arruda Carreiro da Costa* — *Leonor Moniz Pereira*.

21 de Julho de 2006. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

**Regulamento n.º 132/2006**

Nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março, o conselho directivo e o conselho científico da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa aprovam o Regulamento das Condições Especiais de Acesso e Ingresso no Ensino Superior para Maiores de 23 Anos:

**CAPÍTULO I**

**Objecto e âmbito**

**Artigo 1.º**

**Objecto**

O presente Regulamento das Condições Especiais de Acesso e Ingresso, conforme o Decreto-Lei n.º 64/2006, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, regulamenta as provas especialmente destinadas a avaliar a capacidade para a frequência de ensino superior dos maiores de 23 anos, adiante designadas por provas, previstas pelo n.º 5 do artigo 12.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto.

**Artigo 2.º**

**Âmbito**

O disposto no presente Regulamento aplica-se ao acesso às licenciaturas ministradas na Faculdade de Motricidade Humana (FMH).

**CAPÍTULO II**

**Objecto e estrutura das provas**

**Artigo 3.º**

**Objecto das provas**

As provas visam avaliar os conhecimentos e competências considerados como requisito para a frequência das licenciaturas da FMH.

**Artigo 4.º**

**Forma**

As provas revestem as formas que sejam consideradas mais adequadas para cada curso e para cada perfil de candidato.

**Artigo 5.º**

**Componentes obrigatórias da avaliação**

1 — As provas integram, obrigatoriamente:

- a) Apreciação do currículo académico e profissional do candidato;
- b) Avaliação das motivações do candidato, que pode ser feita, designadamente, através da realização de uma entrevista;
- c) Provas teóricas e ou práticas de avaliação dos conhecimentos e competências considerados indispensáveis ao ingresso e progressão no curso, as quais podem ser organizadas em função dos diferentes perfis dos candidatos e dos cursos a que se candidatam.

2 — As provas devem incidir, exclusivamente, sobre as áreas de conhecimento directamente relevantes para o ingresso e progressão no curso.

## Artigo 6.º

**Competência**

O conselho científico da FMH fixa a forma que deve revestir a avaliação de capacidade para a frequência de cada um dos seus cursos de licenciatura.

## Artigo 7.º

**Periodicidade**

As provas são realizadas anualmente.

**CAPÍTULO III****Inscrição**

## Artigo 8.º

**Condições para requerer a inscrição**

Podem inscrever-se para a realização das provas os candidatos que completem 23 anos até ao dia 31 de Dezembro do ano que antecede a realização das provas.

## Artigo 9.º

**Inscrição**

1 — A inscrição para a realização das provas é apresentada nos Serviços Académicos da FMH.

2 — O processo de inscrição é instruído com os seguintes documentos:

- a) Boletim de inscrição devidamente preenchido;
- b) *Curriculum vitae*;
- c) Certificado de habilitações;
- d) Fotocópia simples do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte.

3 — O boletim a que se refere a alínea a) é de modelo a fixar pela FMH e disponível nos Serviços Académicos desta instituição.

4 — A inscrição para a realização das provas está sujeita ao pagamento de um valor estabelecido pelo conselho directivo da FMH.

5 — No acto de inscrição, será entregue ao candidato informação escrita sobre o curso, exigências e saídas profissionais.

## Artigo 10.º

**Anulação**

1 — São anulados a inscrição nas provas e todos os actos subsequentes eventualmente praticados ao abrigo da mesma aos candidatos que:

- a) Não tenham preenchido correctamente o boletim de inscrição;
- b) Não reúnam as condições previstas no artigo 8.º;
- c) Prestem falsas declarações ou não comprovem adequadamente as que prestarem;
- d) No decurso das provas tenham actuações de natureza fraudulenta que impliquem o desvirtuamento dos objectivos das mesmas.

2 — A anulação da inscrição pode ser solicitada pelo candidato dentro do prazo em que aquela decorre e até vinte e quatro horas antes do início da prova específica a que se refere a alínea c) do artigo 5.º, mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo da FMH.

3 — É competente para proferir a decisão a que se referem os números anteriores o presidente do conselho directivo, perante requerimento do candidato ou informação circunstanciada do serviço ou entidade que tenha constatado os factos previstos no n.º 1.

## Artigo 11.º

**Objecto da inscrição**

1 — A inscrição apenas pode referir-se a um curso de licenciatura e a um ano lectivo.

2 — O objecto da inscrição pode ser alterado por iniciativa do candidato, desde o acto da inscrição até quarenta e oito horas após a realização da entrevista a que se refere a alínea b) do artigo 5.º, através da apresentação de requerimento nesse sentido, dirigido ao presidente do conselho directivo.

## Artigo 12.º

**Vagas**

1 — O número total de vagas aberto anualmente na FMH para a candidatura à matrícula e inscrição dos que tenham sido aprovados não pode ser inferior a 5 % do número de vagas fixado para o conjunto dos seus cursos de licenciatura para o regime geral de acesso ao abrigo dos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de

Setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 99/99, de 30 de Março, 26/2003, de 7 de Fevereiro, 76/2004, de 27 de Março, e 158/2004, de 30 de Junho.

2 — A distribuição das vagas pelos cursos de licenciatura ministrados pela FMH é feita pelo presidente do conselho directivo, mediante proposta do presidente do conselho científico.

3 — As vagas a que se refere o número anterior são consideradas para o cálculo do limite de 20 % a que estão sujeitas as vagas estabelecidas para cada curso de licenciatura para o conjunto dos concursos especiais e dos regimes de reingresso, mudança de curso e transferência nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro.

**CAPÍTULO IV****Organização e realização das provas**

## Artigo 13.º

**Provas**

1 — As provas para satisfazer os componentes obrigatórios referidos no artigo 5.º serão:

- a) Documental — documentos previstos no n.º 2 do artigo 9.º;
- b) Oral — entrevista a ser realizada pelo júri a que se refere o artigo 18.º;
- c) Escrita — prova específica referida no artigo 16.º

2 — Às habilitações escolares e ou à experiência profissional do candidato não é concedida equivalência a qualquer das provas de avaliação.

## Artigo 14.º

**Bilhete de identidade**

No acto das provas e entrevista, os candidatos devem ser portadores do seu bilhete de identidade, sem o que não podem realizá-las.

## Artigo 15.º

**Entrevista**

1 — A entrevista destina-se a:

- a) Apreciar e discutir o *curriculum vitae* e a experiência profissional do candidato;
- b) Fornecer ao candidato informação sobre o curso, seu plano, exigências e saídas profissionais;
- c) Apreciar e discutir as motivações apresentadas pelo candidato para a escolha do curso e da instituição;
- d) Fornecer ao candidato orientação sobre a prova específica.

2 — No decurso da entrevista, o júri, referido no artigo 18.º, deve lembrar o candidato da possibilidade de mudança de opção em matéria de curso, conforme previsto no n.º 2 do artigo 11.º

3 — Compete ao júri a marcação das datas, horas e locais de realização das entrevistas, o que deve ser feito com uma antecedência mínima de sete dias em relação às mesmas.

4 — A apreciação resultante da entrevista deve ser reduzida a escrito e integrada no processo individual.

## Artigo 16.º

**Prova específica**

1 — A prova específica destina-se a avaliar se o candidato dispõe dos conhecimentos indispensáveis para o ingresso e progressão no curso escolhido.

2 — A prova é composta por um ou mais exames, todos com parte escrita e oral, incidindo sobre as matérias que o conselho científico considere como indispensáveis ao ingresso no curso em causa.

3 — Para além de abordar aspectos básicos de cultura geral, a prova é elaborada de forma a pôr em evidência, sempre que tal for relevante, a aptidão e conhecimentos adquiridos na prática profissional e que possam ser significativos para o ingresso no curso em causa e sua frequência.

4 — O júri torna públicas, antes do início das entrevistas, por afixação na instituição, no prazo fixado pelo calendário a que se refere o artigo 25.º, as áreas de conhecimento sobre as quais incidem os exames que compõem a prova específica, bem como a matéria que as mesmas abrangem. Faculta igualmente aos candidatos, gratuitamente, cópia destas informações.

5 — Os locais, datas e horas de realização da prova específica são fixados pelo júri e afixados na instituição, para conhecimento dos interessados, com, pelo menos, sete dias de antecedência em relação à sua realização.

6 — Cada uma das partes dos exames que compõem a prova específica é classificada na escala de 0 a 20 valores.

7 — Os candidatos são imediatamente eliminados de um qualquer exame que componha a prova específica se:

- a) Obtiverem uma classificação igual ou inferior a 7 valores;
- b) Não comparecerem a uma parte escrita ou oral;
- c) Expressamente desistirem.

Artigo 17.º

#### Confidencialidade

Todo o serviço directamente relacionado com as provas e entrevistas do exame é considerado confidencial.

## CAPÍTULO V

### Avaliação

Artigo 18.º

#### Júri

1 — A organização e realização das provas é da competência de júris nomeados anualmente pelo conselho científico da FMH.

2 — O conselho científico, no início de cada ano lectivo, deverá nomear um júri para os cursos de licenciatura em funcionamento na instituição.

3 — Cada júri deverá ser constituído por três elementos:

- a) O presidente do conselho científico, como presidente do júri, ou em quem delegar;
- b) Dois elementos do corpo docente indicados pelo conselho científico.

Artigo 19.º

#### Classificação

1 — A decisão final sobre a aprovação ou reprovação dos candidatos é da competência do júri a que se refere o artigo anterior, o qual atenderá às provas de avaliação previstas no artigo 13.º

2 — Aos candidatos aprovados é atribuída, pelo júri, uma classificação final expressa no intervalo de 10 a 20 da escala numérica inteira de 0 a 20 e é o resultado das classificações da prova específica, ponderado pelos elementos constantes da apreciação dos documentos previstos no n.º 2 do artigo 9.º e da entrevista.

3 — A decisão final é tornada pública através da afixação de uma pauta na instituição e lançada no processo do candidato.

Artigo 20.º

#### Recurso

Das deliberações do júri referido no artigo 18.º não cabe recurso.

Artigo 21.º

#### Efeitos e validade

1 — A aprovação nas provas para o acesso ao ensino superior produz efeitos unicamente para os cursos de licenciatura da FMH para os quais tenham sido realizadas.

2 — As provas de avaliação, fixadas pelo conselho científico, de acordo com o artigo 6.º, poderão ser utilizadas para a candidatura à matrícula e inscrição em mais de um curso da FMH.

3 — O disposto no presente artigo não prejudica a possibilidade de a FMH admitir a candidatura à matrícula e inscrição num dos seus cursos estudantis já aprovados em provas de ingresso em cursos de outros estabelecimentos de ensino superior.

4 — As provas têm, exclusivamente, o efeito referido nos números anteriores, não lhes sendo concedida qualquer equivalência a habilitações escolares.

Artigo 22.º

#### Creditação

A FMH reconhecerá, através da atribuição de créditos, a experiência profissional e a formação relevante dos que nela sejam admitidos através das provas.

## CAPÍTULO VI

### Calendário e divulgação

Artigo 23.º

#### Valor da inscrição

O valor a ser pago pelo candidato no acto da inscrição é estabelecido anualmente pelo conselho directivo da FMH.

Artigo 24.º

#### Nomeação dos júris

Os júris são nomeados anualmente pelo conselho científico da FMH.

Artigo 25.º

#### Prazos

1 — As inscrições poderão ser efectuadas todos os anos durante o período anualmente estabelecido pelo conselho directivo da FMH.

2 — As provas serão realizadas anualmente e o respectivo calendário será afixado com, pelo menos, oito dias de antecedência em relação à prova.

3 — O calendário referido no número anterior será fixado pelo conselho científico, mediante proposta dos membros do júri e ouvido o responsável dos Serviços Académicos.

Artigo 26.º

#### Divulgação

1 — A FMH divulgará a informação acerca dos prazos e regras de realização das provas através do seu sítio na Internet.

2 — O edital de realização e das características das provas será afixado em local apropriado por decisão do conselho directivo.

3 — A informação a que se refere o número anterior é igualmente comunicada à Direcção-Geral do Ensino Superior, tendo em vista a divulgação através do seu sítio na Internet.

## CAPÍTULO VII

### Disposições finais e transitórias

Artigo 27.º

#### Estudantes aprovados no exame extraordinário de avaliação de capacidade para o acesso ao ensino superior

Os estudantes aprovados no exame extraordinário de avaliação de capacidade para acesso ao ensino superior conservam o direito a apresentar candidatura ao concurso especial a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 393-B/99 até ao fim do prazo de validade fixado pelo n.º 1 do artigo 22.º do Regulamento do Exame Extraordinário de Avaliação de Capacidade para Acesso ao Ensino Superior, aprovado pela Portaria n.º 106/2002, de 1 de Fevereiro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 8-N/2002, de 28 de Fevereiro, e alterada pela Portaria n.º 1/2005, de 3 de Janeiro.

Artigo 28.º

#### Candidatura a licenciaturas que exijam pré-requisitos

Sempre que o objectivo do candidato seja o da frequência de uma licenciatura que exija a realização de pré-requisitos, este deverá realizá-los nos períodos e na forma definida para os demais candidatos.

Artigo 29.º

#### Aplicação

O presente Regulamento entra em vigor a partir do ano lectivo de 2006-2007, inclusive.

23 de Junho de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Manuel Frago Alves Diniz*.

#### Rectificação n.º 1138/2006

Por se ter verificado uma incorrecção no aviso n.º 6595/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, de 8 de Junho de 2006, a seguir se publica a rectificação do *numerus clausus*, pelo que onde se lê «20» deve ler-se «30».

23 de Junho de 2006. — Pelo Secretário, *Elisabete Saragoça*.

## Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

### Aviso n.º 8059/2006

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho de 5 de Junho de 2006 do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa, proferido por delegação de competências, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias